

A GLOBALIZAÇÃO VISTA DO NORTE E DO SUL: quais os seus mecanismos sociais?

*Olivier Giraud**

A globalização se tornou uma preocupação central para as ciências sociais em escala mundial. Mais que a crítica marxiana entre os anos 60 e os anos 80, essa temática traz questionamentos semelhantes em todo o planeta. A constatação mais marcante que podemos fazer é a seguinte: a globalização é um fenômeno que fascina os pesquisadores em ciências sociais, porque ele afeta os mecanismos, as gramáticas, os funcionamentos mais essenciais de suas disciplinas. Afeta a consciência humana, as normas de conduta dos indivíduos e dos grupos. Ele transforma as identidades individuais e coletivas. Atua nas fronteiras das classes, das regiões e das nações. Modifica o poder das regras e das instituições fortemente estruturadas. É uma força e uma dinâmica que, sem substituir as existentes, vêm distorcer, abalar e metamorfosear os equilíbrios anteriores. Presente em todas as esferas dos sistemas sociais, a globalização merece o lugar central que ocupa nos

trabalhos contemporâneos das ciências sociais.

Como, no entanto, apropriar-se desse fenômeno que, presente em todos os lugares, poderia, na verdade, não estar presente em lugar algum e ser apenas uma hidra inapreensível? Se a globalização transforma o funcionamento das sociedades humanas de maneira tão radical, como atualmente afirmam diferentes pesquisadores, então deve ser possível fornecer uma definição precisa e isolar os mecanismos sociais que lhe permitem exercer a influência dirimente que lhe é atribuída.

Pode-se, porém, afirmar que a onipresença da globalização remete, por isso, a mecanismos que funcionam seguindo as mesmas modalidades em todos os lugares do planeta? A globalização produz efeitos similares sobre os atores, as instituições, os mercados, as lógicas sociais, etc., em diferentes contextos sociais, econômicos, culturais, políticos do mundo inteiro? De fato, há décadas, o fundamental do trabalho comparativo acumulado nas ciências sociais indica que não é assim. Os mecanismos sociais que permitem que a globalização realize os seus movimentos remetem a funcionamentos diferenciados, especialmente

* Pesquisador em Ciências Políticas no CNRS (Centro Nacional de Pesquisas Científicas), Centre Marc Bloch CNRS Schiffbauerdamm, 19. 10 117 Berlim-Alemanha. olivier.giraud@cmb.hu-berlin.de

se levarmos em consideração a principal divisão do planeta hoje: a clivagem Norte-Sul. As diferenças nos níveis de institucionalização entre o Norte e o Sul remetem, de fato, a fortes disparidades nos modos de relacionamento entre os indivíduos e as formas políticas e sociais.

A globalização funciona segundo mecanismos sociais específicos; esses se atualizam, todavia, de forma contrastada nos diferentes contextos sociais. Essas duas premissas constituem o principal argumento de minha contribuição. Esta chegará a conclusões a respeito dos instrumentos para continuar a desenvolver trabalhos, de análise cruzada, ligados aos efeitos da globalização pela ótica do Norte e do Sul.

COMO FUNCIONA A GLOBALIZAÇÃO: quais são os seus mecanismos e qual é o seu impacto no funcionamento das sociedades?

Durante muito tempo, o fenômeno da globalização foi contestado. Diversos pesquisadores explicaram que a globalização não era nada mais que uma nova roupagem da agenda neoliberal (Fliegstein, 1997; Hirst; Thompson, 1997). Outros pesquisadores tentaram mostrar que a globalização contemporânea – sua emergência é normalmente datada no início dos anos 90, quando ocorreu a liberalização política e econômica quase que simultânea de numerosos países do Leste europeu e da América Latina – não é mais profunda que a que ocorreu no período que precede a primeira guerra mundial (Berger, 2003). Assim, a globalização contemporânea não teria nada de extraordinário e corresponderia apenas à renovação da internacionalização das trocas mundiais no plano econômico, cultural, ou mesmo no plano das migrações. A “primeira mundialização” entre 1880 a 1914, seguida por um período de fechamento nacional radical, que ultrapassa o final da segunda guerra mundial, fornecera um cenário que pode facilmente ser reproduzido, se não extrairmos os ensinamentos adequados.

Atualmente, essas teorias são demasiada-

mente contestadas. A globalização é objeto de diagnósticos bastante convergentes na literatura sociológica internacional. Definições precisas são hoje comumente aceitas.

Assim, para David Held, “a globalização remete a estes processos espaciais e temporais de mudança que são o fundamento das mutações da organização das trocas humanas associando e estendendo a atividade humana entre as regiões e os continentes” (Held *et al.*, 1999, p.15). A globalização se manifesta a partir de um mecanismo principal: nutrida de uma “erosão dos constrangimentos por causa do espaço e do tempo sobre os modos de interação social, a globalização abre a possibilidade para novos modos de organização transnacionais, como as redes globais de produção, as redes terroristas ou dos regimes globais de regulação.” (Held; McGrew, 2002, p.7). Jean-François Bayart se atém à simples definição de Robert Ropertson: “A globalização, como conceito, remete simultaneamente à compreensão do mundo e à consciência do mundo como totalidade” (Bayart, 2004, p.20).

O sociólogo alemão Uwe Schimank aprofunda a explicação, ao nos permitir decompor o funcionamento da globalização em torno de quatro mecanismos específicos (Schimank, 2004). A *globalização das interações*, ou seja, de qualquer tipo de contatos – particulares, profissionais ou outros – entre indivíduos, organizações e movimentos, é o primeiro desses mecanismos. Em segundo lugar, a globalização dos *encadeamentos de conseqüências* corresponde a um forte aumento das interdependências entre os sistemas sociais, abarcando também aqueles considerados geograficamente distantes ou pertencentes a setores diferentes: o meio-ambiente, o trabalho e a segurança social são, por exemplo, potencialmente ligados por fortes cadeias de interdependência.¹ A terceira dinâmica da globalização é a que remete à

¹ Uma reforma no sistema americano de aposentadoria, que levaria a uma importante modificação nas estratégias de investimentos nos fundos de pensão desse país, poderia, assim, ter conseqüências determinantes sobre toda uma série de ramificações econômicas, e estas, sobre todo o planeta.

globalização das orientações culturais. Esta diz respeito apenas aos valores políticos – os direitos humanos ou as novas formas de religiosidade –, mas também a práticas e a outras orientações culturais, tais como o *fast food* americano, ou o cinema *Bollywood*. Por fim, a última dimensão é a da *globalização da consciência*, ou, mais especificamente, a da consciência da globalização. Os atores políticos, econômicos e sociais estão cada vez mais conscientes das transformações nas interações, nas interdependências, nas identidades e nos sentimentos de pertença que são importantes por natureza e que foram evocados anteriormente. Aqui, Schimank retoma o quadro da análise comparativa da classe social *em si e para si*. A consciência da globalização, a consciência das interdependências, a consciência da emergência dos códigos compartilhados ou das identificações que servem de contraste, em âmbito global, agem fortemente sobre o comportamento e as representações dos atores. A partir desse ponto de vista – essencial para quem considera o papel das idéias na análise dos fenômenos políticos –, a luta pela hegemonia, para dominar a gramática dos códigos globalizados, já começou: por exemplo, para a definição do *bem* e do *mal*, dos *aliados* e dos *inimigos*. O caráter rudimentar dos códigos utilizados pode ser interpretado como uma consequência dos terrores identitários associados à consciência da globalização,² mas essa simplicidade também permite que esses códigos de tendência global se implantem, em numerosos contextos, sem dificuldade (Roy, 2002, p.158). A luta pela produção de normas globais pertinentes se aplica, todavia, a domínios muito mais prosaicos, que abundam na esfera econômica (Jobert, 1999, p.93).

O impacto da *consciência da globalização* pontuado por Schimank permite uma leitura gramsciana desse fenômeno. A atenção centra-se, então, na relação essencial entre *idéia* e *poder* e propõe uma teoria da ação elementar mais eficaz: as idéias permitem que haja uma ação coletiva no seio dos grupos delimitados, e elas são o objeto de

uma forte competição entre grupos para a tomada do poder.

A maioria das análises a respeito da globalização conclui que seu impacto deve, inicialmente, ser analisado como uma transformação das relações de poder. A globalização exerce, então, um triplo impacto. Em primeiro lugar, remete à transformação das posições de poder dos principais atores, intervindo no próprio centro dos sistemas políticos nacionais. O âmbito nacional, como espaço de resolução de problemas públicos, está aqui em primeiro lugar. A globalização está igualmente associada ao reforço da difusão internacional de novas idéias, de modelos de ação e de quadros de referência. Ela consagra, então, uma reconsideração a respeito do fim dos espaços públicos nacionais, que influencia não somente a função do âmbito nacional como espaço de construção de problemas públicos. Ela remete também a uma transformação das modalidades de socialização dos atores, que permite prever um impacto sobre as alianças entre instituições e a sua utilidade social. Enfim, a globalização abarca uma série de novas regulações políticas que são a expressão de uma ação coletiva internacional.

O impacto da globalização sobre as posições de poder no âmbito dos sistemas nacionais é discutido desde o início dos anos 90. Desde então, Wolfgang Streeck anunciou que a evolução neoliberal das regulações intra e internacionais teriam, como consequência, facilitar de forma unilateral as possibilidades de “defecção” dos atores mais móveis, as empresas e os investidores financeiros (Streeck, 1992). Ele recolocava assim, em termos mais atualizados, a questão de uma eventual assimetria estrutural das relações de poder entre capital e trabalho.³ O avanço das discussões sobre a

³ Reconhecendo, em 1992, que a globalização oferece possibilidades de *exit* estruturalmente mais favoráveis para o capital do que para o trabalho, Streeck parece rever o seu pensamento no que diz respeito às dificuldades de articulação tanto dos interesses do campo patronal (porque estão diversificados entre os interesses dos produtores, dos empregadores, etc.), quanto dos interesses dos assalariados. Para Offe, esses últimos não são quase nunca redutíveis a arbitragens monetárias, enquanto que objetivos tão diferentes quanto as identificações com o trabalho, os modos de vida ou as remunerações são questionados (Offe, 1985). Essa questão é retomada por Beck (Beck, 2003, p.352).

² A consciência da globalização como sede de poder, mas também como consciência aguçada da vulnerabilidade, representa um importante elemento de desestabilização.

globalização acrescentou pouca coisa a esse argumento, a não ser que os debates contemporâneos a respeito das “deslocalizações” são a manifestação da impotência das organizações sindicais e dos poderes públicos frente à mobilidade reforçada do capital. Observa-se, na arena política de muitos países, o reforço tanto das capacidades de defecção do capital quanto da defesa dos partidários do capital. Nesse caso, esses dois aspectos se reforçam mutuamente, ao invés de se compensarem ou de se recompoem (Hirschman, 1995). A instrumentalização dos interesses da globalização nos discursos políticos produz efeitos decisivos (Hay; Rosamond, 2002).

Essa mudança que transforma as relações de poder no seio dos diferentes sistemas políticos pôde ser contrariada, em parte, por estratégias políticas que visam a reformular compromissos ligados aos novos tipos de trocas tanto na esfera das relações industriais (Regini, 2000; Thelen, 1994) quanto na esfera do desenvolvimento e das regulações do comércio internacional ou dos regimes de proteção do meio ambiente (Beck, 2003). Existem, assim, alternativas institucionais e políticas para compensar as perdas de poder registradas pelas categorias de interesse que não se beneficiam dos ganhos de mobilidade induzidos pela globalização. As discussões sobre a política econômica comparada não chegam à conclusão da imposição de um único modelo de estratégia econômica – obrigatoriamente neoliberal. As análises comparativas mostram que as vias sociodemocratas, centradas nas políticas que mobilizam investimentos públicos em emprego e em despesas, podem se tornar eficazes se os investimentos consentidos forem prioritariamente centrados na *oferta* (Boix, 1998; Scharpf; Schmidt, 2001). Em contrapartida, as políticas não coordenadas de reativação pela demanda ou os modelos keynesianos *passivos* – quando as despesas públicas não são orientadas para uma melhora da competitividade do sistema econômico ou social – parecem, hoje, fadados ao impasse (Scharpf; Schmidt, 2001). A experiência da reativação francesa, que foi isolada e fracassada no início dos anos 80, mostra que esses fenôme-

nos não são realmente novos e assimiláveis a um impacto da globalização. A desqualificação de certas políticas econômicas é igualmente a consequência concreta do segundo aspecto da transformação do poder, pois ela está ligada a uma uniformização das idéias e das condutas.

Em um segundo aspecto, a globalização é, de fato, associada a uma aceleração da circulação das idéias e dos debates, mas também a um aumento do grupo de pessoas e de organizações envolvidas por essa circulação de idéias. Esses fenômenos não remetem apenas a uma transformação dos espaços pertinentes para a construção dos problemas públicos, mas também a uma transformação dos repertórios disponíveis de ação nas sociedades, a uma mudança das relações que os indivíduos têm com as instituições e, mais amplamente, a uma transformação dos modos de socialização.

O papel da circulação internacional de normas, de modos de avaliação, de receitas ou de instituições no universo da ação pública foi motivo de diversas análises (Dolowitz; Marsh, 2000). A União Européia (Muller, 2000), a OCDE (Hassenteufel, *et al.*, 2000) ou outras organizações internacionais (Stone, 2000) representam importantes vetores para a difusão de referenciais e de normas de ação pública. No campo das políticas da saúde, a difusão de novos indicadores que envolvem lógica financeira e lógica médica,⁴ inspirados por redes internacionais muito bem estruturadas de economistas da saúde, permitiu a introdução de lógicas contábeis e a imposição da concorrência no universo da medicina hospitalar (Hassenteufel, *et al.*, 2000). Indicadores implícitos ou explícitos de reformas da mesma importância foram divulgados no âmbito das políticas agrícolas, igualmente através da OCDE (Fouilleux, 2000).

Ainda recente na Europa continental, a onda de expansão das autoridades independentes de regulação, nos setores socioeconômicos que conheceram importantes movimentos de privatização e

⁴ O Programa de Medicalização do Sistema de Informação (PMSI).

desregulamentação – os mercados financeiros, as telecomunicações, o audiovisual, o remédio e a saúde, etc., – provém, ao mesmo tempo, de um fenômeno de difusão, mas também é a expressão de uma nova forma de repartição do poder entre o mundo econômico e o mundo político. A principal justificativa para a instalação dessas delegações de poder – de uma forma clássica de controle democrático, através da autoridade governamental, a favor de um poder “independente”, que é, na realidade, composto por peritos ou por representantes do setor a regular – reside no imperativo de *credibilidade* das políticas públicas, comumente submetidas às incertezas das alternâncias políticas específicas do jogo democrático (Majone, 1996). Na era da globalização e das novas formas de governança, as contradições entre as normas do funcionamento democrático e as normas mercantis estão sendo assumidas e resolvidas em prol dessas últimas.

As práticas de gestão ou de mercantilização de implantação de políticas públicas são também características de uma forma de privatização do Estado. O fato de criar delegações de implementação para empresas particulares, “precarizando”, na expressão de Rouban, a implementação pública, através de formas incertas de descentralização ou pelo registro da ação em contratos de objetivos condicionais, irrealistas em certos contextos, faz com que a maioria dos governos ocidentais enfraqueça a noção de serviço público e segmente a ação em uma série de tarefas desprovidas de sentido (Rouban, 1998). A implementação é, então, mais seriamente orientada para o cumprimento de objetivos numéricos inscritos nos contratos de prestação, do que para a realização da missão do serviço público.

A difusão de modelos na esfera da ação pública, mesmo se ela seguiu um rumo particular desde o início dos anos 80 em proveito de instrumentos e de normas geralmente de inspiração liberal, não é, no entanto, uma inovação característica da globalização. Análises diacrônicas mostraram que os processos de difusão de modelos de ação pública não aumentaram esses últimos anos (Levi-

Faur, 2004). Os mecanismos de difusão dos repertórios de ação pública, tais como a proximidade lingüística ou cultural – entre as nações escandinavas, por exemplo –, ou ainda a dominação econômica ou militar, foram identificados há muito tempo (Therborn, 1993).

Em contrapartida, o impacto dos processos de difusão das idéias – normas, valores, debates, formas de mobilização, etc. – sobre os indivíduos, os grupos sociais e as comunidades são menos discutidos e parecem, no entanto, mais característicos dos mecanismos de globalização. Se certas elites políticas, intelectuais ou econômicas estavam, há muito tempo, acostumadas com contatos e cooperações internacionais, a propagação das trocas interpessoais, ou pelo intermédio de grupos constituídos ou de redes de informação além das fronteiras e dos continentes, para um grande público, é considerada como uma transformação característica da globalização (Schimank, 2004). A difusão desses contatos está acompanhada de uma modificação dos sentimentos de pertença. Enquanto alguns reivindicam o reconhecimento da primazia da pertença dos indivíduos a uma sociedade-mundo – *mundialidade* (Zarifian, 2004), ou *cosmopolitismo* (Beck, 2003) –, marco de uma transição para uma segunda modernidade, os sentimentos de pertença nacional se enfraquecem, sobretudo em proveito de outras comunidades de ação coletiva, quer elas sejam econômicas, religiosas, culturais ou de qualquer outra natureza. Os fatores evocados para explicar esses desenvolvimentos estão ligados, de fato, aos avanços tecnológicos recentes (democratização das antenas via satélite, internet), à massificação do turismo e à continuação e diversificação dos fluxos migratórios. Eles estão igualmente ligados a mutações mais fundamentais do funcionamento das sociedades.

Nesse sentido, as evoluções relevadas para essas diferentes pertenças ou pertencimentos são oriundas de processos específicos, suscetíveis de incorporar tendências em parte contraditórias. Aqui, vamos nos ater a dois mecanismos principais.

As novas formas de religiosidade ilustram as transformações das pertenças ou das lógicas de

encaixes dos múltiplos pertencimentos (Roy, 2002). No Ocidente, para as populações muçulmanas provindas da imigração, a relação com a religião era vivida pelas primeiras gerações de migrantes, que seguiam o modelo de integração com comunidades religiosas estruturadas pela sua origem nacional – clérigos ou associações turcas ou marroquinas, por exemplo –, através de práticas religiosas centradas na tradição – as festas, os ritos, a mobilização dos parentes e, particularmente, da família. Os jovens da segunda, terceira ou quarta geração mantêm uma relação com a religiosidade, que é simultaneamente mais individual e mais “mundializada”. As obrigações impostas pelas comunidades próximas, tradicionais e despersonalizantes são rejeitadas em prol de ensinamentos e de sentimentos de pertença, transmitidos por meios mais distantes, cujo discurso mescla uma forte afirmação política e coletiva, com o respeito por uma forma mais individualizada da relação com a religiosidade.⁵ As modalidades de difusão dos conteúdos são igualmente características da globalização, não somente porque elas mobilizam a internet e formas flexíveis como os cassetes de áudio e de vídeo, mas também porque se utilizam mais organizações em rede e mobilidades do que referências territoriais.

Em seguida, a sociologia contemporânea se interessa minuciosamente pelas novas formas de construção dos sujeitos sociais. Apesar das divergências teóricas, as conclusões trazidas pelas contribuições dos sociólogos são próximas umas das outras. Os papéis sociais tradicionais, “prontos”, as identidades sociais bem estabelecidas (Dubar, 2000), os modos de socialização e seus pareamentos bem ajustados às antigas instituições, antes pouco contestadas, tais as escolas e os hospitais (Dubet, 2002), passam por crises. Os indivíduos em busca de construção subjetiva são, assim, mais disponíveis para serem projetados ou para se projetar na globalização e na multiplicação das formas de ser, dos modelos, dos estilos de vida propostos.

Os jovens turcos de Istambul, assim como os jovens de origem turca de Nancy ou de Berlim, devem escolher entre diversos estilos de vida hoje disponíveis: a herança kemalista e os modos de sociabilidade, trajes, e as relações com os valores que os acompanham representam uma opção; os *modos de ser* sugeridos pelos partidos religiosos constituem outra opção igualmente completa (Amiriaux, 2002; Bayart, 2004); a fusão com aquilo que é concebido como modelo ocidental ainda é outra.

Exemplos similares poderiam ser extraídos de uma infinidade de situações. Nem o arraigamento a um meio social, nem uma pertença territorial ou a um grupo étnico poderia hoje esgotar a construção do sujeito social (Lahire, 2004). Atualmente, a composição é mais frequentemente a regra do que a exceção. Essa inversão do equilíbrio entre o coletivo e o individual em modalidades de construção da personalidade e da conduta remete, de fato, a fenômenos que envolvem o funcionamento de muitos grupos e de comunidades de pertença, não afetando apenas os Estados-Nação. As novas formas de subjetivação são particularmente desestabilizadoras para as instituições, símbolo da inscrição dos indivíduos na potência do Estado-Nação – no caso francês, a análise da crise da instituição escolar fornecida por Dubet é uma ilustração convincente (Dubet, 2002). Essas novas formas de subjetivação são verdadeiros desafios para o próprio fenômeno da fronteira nacional, em sua capacidade de definir uma comunidade de ação coletiva ou, em todo caso, de ser a comunidade última de referência da ação coletiva. Menos enquadrados em culturas sociais – operária, camponesa, burguesa... – e em organizações coletivas – os sindicatos, os partidos... –, consubstanciais do quadro nacional, os indivíduos são submetidos a modos de enquadramento menos balizados, menos inteligíveis pelo Estado e por outros participantes tradicionais da ação pública.

Quer tratem das hierarquias nos sentimentos de pertença, ou de modos de subjetivação, os exemplos aqui citados mostram que as novas modalidades de confrontação das práticas – a

⁵ Bayard fez uma análise semelhante com grupos cristãos da Costa do Marfim, fascinados por pregadores influenciados por redes americanas (Bayart, 2004, p.308).

globalização como “a sistematização da experiência da extravasão” (Bayart, 2004, p.434) – representam um desafio para o quadro nacional que é muito mais conseqüente do que a difusão de modelos de ação pública.

A multiplicação dos modelos de referência disponíveis para construir modos de ser, assim como a diversificação dos sentimentos de pertença, não significa, porém, que os quadros recentemente disponíveis substituem os modos de conduta iniciados, sugeridos, esperados pelos Estados-Nação e suas administrações. Tampouco significa que os novos sentimentos de pertença apagam os antigos até eliminá-los por completo. Mas, pelo menos, essas constatações sugerem que as interações entre os diferentes níveis de referência se tornam mais complexas e mais frágeis. Aquilo que precede mostra, sobretudo, que os atores exclusivamente nacionais – os Estados, as organizações nacionais, como os partidos políticos ou as centrais sindicais – não têm mais controle exclusivo da gramática simbólica e instrumental que orienta as interações entre Estados, grupos sociais e cidadãos e serve de fundamento ao conjunto das interações sociais.

Finalmente, hoje assistimos ao desenvolvimento das regulações globais como expressão de uma ação coletiva inter-nacional. David Held (2005, p. 51) faz a listagem de toda uma série de regras para a proteção do meio ambiente, para a luta contra as desigualdades ou as pandemias, etc. que precisam de novas formas de coordenação entre nações, permitindo evitar que sejam niveladas por baixo (*race to the botton*). Nesse contexto apenas são abarcadas as regras que não advêm de negociações entre nações, aquelas que estão na esfera de instâncias dotadas de uma governança autônoma produzindo normas efetivamente globais. A complexidade dos mecanismos de “integração positiva” e da legitimação política desses mecanismos, no caso da União Européia, mostra até que ponto a emergência de uma ação coletiva inter-nacional será difícil (Scharpf, 2000, p. 52).

O Estado, como titular das funções fundadoras de autoridade, de solidariedade e de demo-

cracia, continua central na gestação dessa ação coletiva internacional. Ele continuará sendo um sistema de referência intransponível, enquanto um código compartilhado e eficaz não estiver disponível no sistema globalizado. O Estado é, assim, um produtor central da política. Pertence-lhe não se autodesqualificar pelo meio de privatizações e de delegações generalizadas, na corrida atual para a liberalização de regulações e de transações sociais (Beck, 2003).

VISÕES DO NORTE E VISÕES DO SUL: que tipo de encontro de olhares?

Os mecanismos apresentados acima são oriundos de pesquisas e de estudos produzidos nos países do Norte, mas também, em menor número, nos países do Sul. Será que a ação dos mecanismos da globalização nesses dois espaços é assimilável no Norte e no Sul?

Não foi possível levar em consideração o conjunto dos mecanismos analisados. Entretanto, é particularmente útil tentar uma projeção, mesmo que em um número reduzido de aspectos, insistindo sobre as diferenças entre o Norte e o Sul. Nesse caso, as diferenças mais marcantes são aquelas relativas ao posicionamento das economias do Norte e do Sul na competição econômica internacional sobre o desenvolvimento dos Estados sociais, mas também sobre as formas de filiações sociais ou ainda de desenvolvimento de burocracias modernas.

A globalização, como apresentado anteriormente, remete a um mecanismo de considerável crescimento das interdependências entre as diferentes regiões do mundo e de forte aumento de trocas entre as diferentes zonas do mundo. No plano econômico, a globalização não se manifesta apenas por um aumento das trocas internacionais, mas também por um aumento da competição internacional. As relações Norte-Sul, no plano econômico, são providas de uma literatura abundante, que mostrou a dimensão da dominação, do controle do Norte sobre o Sul. Hoje, diferentes dis-

cursos surgem no Norte. Já nos anos 80, as economias emergentes da Ásia do Sudeste – os Tigres asiáticos – eram acusadas de criar concorrências desleais, oferecendo custos salariais derrisórios, comparados com os que eram praticados no Norte. Enquanto isso, os países ocidentais renunciaram à manutenção de uma série de indústrias, sobretudo de mão-de-obra, e aceitaram ver o deslocamento, quase que completo da indústria têxtil e de roupas, de móveis, de brinquedos, e de uma infinidade de bens intermediários ou de consumo, com baixo valor agregado ou até mesmo no ramo dos eletrônicos, para a Coréia, para os países do Maghreb, para a Turquia ou para o México. Esses deslocamentos, se é que diminuem a quantidade de empregos no Norte, não parecem contestar as hierarquias econômicas internacionais.

Entretanto, desde a primeira década do século XXI, a competição econômica internacional se posiciona novamente frente à emergência – ou ao retorno – de grandes países do Sul, que adotaram uma estratégia econômica global, baseada no controle dos recursos energéticos, na construção dos grandes grupos industriais autônomos, nos importantes investimentos para inovação industrial e tecnológica. Os países asiáticos, sobretudo a China e a Índia, aderem às estratégias desenvolvidas pelo Japão e pela Coréia. Para esses países, a globalização econômica abre importantes oportunidades de desenvolvimento, pois as empresas nacionais abarcam uma grande variedade de mercados de produtos. No entanto, na maioria dos setores da economia, e, sobretudo, nos serviços e nas indústrias de mão-de-obra, as empresas dos países do Sul, inclusive daqueles que estão engajados em uma competição econômica “global” e ambiciosa, ganham lugar nos mercados internacionais, maximizando sua vantagem comparativa centrada nos preços. Setores inteiros da economia dos países do Sul se confinam, assim, em formas de gestão da inovação, dos processos industriais, mas, sobretudo, de sua mão-de-obra, que continuam sendo características das relações de *dependência*, de *subdesenvolvimento*, ou ainda de *mal-crescimento*, tais como foram estabelecidas nos anos 70.

Os países africanos – inclusive da África do Norte –, mas também a maioria dos países da América Latina, permanecem posicionados em mercados de produtos com baixo valor agregado, ou cujos circuitos internacionais são intensamente controlados por multinacionais do Norte, para que consigam realizar um verdadeiro ciclo de desenvolvimento, ou seja, de autonomização. As produções agrícolas, a energia, a matéria-prima ou as indústrias de transformação de baixo nível tecnológico, que constituem as principais especializações dessas economias – com a notável exceção do Brasil –, não permitem que esses dois continentes modifiquem radicalmente as hierarquias econômicas.

Nos diferentes países do Sul, são essencialmente os assalariados que pagam a conta da concorrência centrada nos preços. Os baixos níveis de remuneração, a fraqueza endêmica dos sistemas de Estado-Providência, o caráter bastante desigual das organizações e das mobilizações sindicais, são elementos que explicam a permanência de desigualdades inclusive para os assalariados desses países. Entretanto, os países asiáticos conhecem progressos significativos. Na Índia, por exemplo, está surgindo uma classe média bem organizada, que cria proteções sociais eficazes (Assayag, 2005). No que concerne à aposentadoria, por exemplo, os membros dessa classe média são beneficiados por seguros-aposentadoria oferecidos pelas empresas, ou então eles mesmos financiam sua previdência privada (Giraud, 2007). Porém, tanto na arena política quanto nas empresas, a classe média focaliza suas reivindicações nos elementos de melhoria de sua própria situação e não se preocupam com os membros das classes inferiores.

As mobilizações sociais permanecem, assim, concentradas em grupos sociais restritos. Os grupos mais fracos da sociedade – os migrantes vindos do êxodo rural, os trabalhadores envolvidos com a economia informal, os idosos, as crianças, os moradores de áreas fortemente desfavorecidas, etc. – permanecem excluídos das formas modernas de integração social, quer essas últimas surjam da sociedade civil, quer sejam oferecidas pelo

Estado. No caso da Índia, os grupos sociais que dispõem de certo bem-estar material não participavam das eleições. Numericamente esmagadas pelas classes mais pobres, as novas classes médias urbanas estimavam ser inútil qualquer tentativa de participação. Entretanto, essas novas classes médias urbanas parecem adotar comportamentos novos e conferem poder às instâncias locais de poder – bairros, *communities*, municípios.

O processo da globalização também está acompanhado por um movimento de difusão das idéias para além das fronteiras nacionais. Se essa circulação de idéias não modifica a situação política das sociedades já fortemente internacionalizadas, a queda dos regimes autoritários, na América do Sul e no Leste europeu, e também o desenvolvimento de investimentos internacionais ou, especificamente, o avanço citado da consciência da globalização, constituem elementos que favorecem a difusão de modelos nem sempre unívocos de ação pública. Assim sendo, desde o início da primeira década do século XXI, as estratégias de difusão, pelo FMI e pelo Banco Mundial, de modelos ultraliberais de ação econômica e social também ficaram moderadas, devido aos resultados, muitas vezes desastrosos, dessas políticas. Além do trabalho dessas organizações internacionais, um grande número de ONG difunde, junto aos políticos eleitos e funcionários administrativos, normas de governo que valorizam a democracia, o *empowerment* das comunidades locais, a abertura de redes políticas para a sociedade civil, ou ainda, por vezes, a democracia participativa. Um trabalho estrutural é, dessa forma, feito junto às elites locais. A democratização das práticas almejadas normalmente se concretiza nas relações sociais locais.

Tanto no Sul quanto no Norte, o impacto da globalização sobre as estruturas sociais é complexo e multiforme. No entanto, no Sul e no Norte, esse impacto é importante. A despeito do fato de a globalização transformar, em diferentes ritmos, as relações de poder, ou ainda as estruturas socioeconômicas, nessas sociedades, ela inicia importantes transições. Inicialmente, movimentos econômicos de desenvolvimento são lançados,

apesar da inércia predominante em grande número de setores em que a economia informal e a exploração do trabalho continuam sendo a regra. Em seguida, a difusão das normas de governo mais abertas, mais democráticas, assim como o reforço da inserção internacional dos países do Sul, tanto na ordem das regulações globalizadas quanto na opinião pública internacional que ganha importância, são elementos que fazem evoluir positivamente as sociedades do Sul. As sociedades do Sul, até hoje confrontadas, sobretudo, com aspectos opressivos da internacionalização – as multinacionais focadas na exploração da mão-de-obra ou da matéria-prima, ou ainda as organizações internacionais com suas agendas neoliberais – começam a abrir vias menos rígidas no processo da globalização.

Por fim, se quisermos apresentar algumas conclusões na comparação, faz-se necessário tentar refletir a respeito de cenários referentes ao impacto das diferentes manifestações da globalização nas sociedades do Norte e do Sul. Propomos quatro cenários fundamentais: a convergência, a divergência, a recomposição das hierarquias internacionais e, por último, a hibridização.⁶

Em primeiro lugar, podemos falar de *convergência* quando fenômenos ligados à globalização têm um mesmo impacto nas relações sociais no Sul e no Norte. As desigualdades estruturais entre o Sul e o Norte têm, entretanto, tanta importância, que esse cenário não pode ser verificado em numerosos setores. Em certas áreas, a participação dos países nas regulações globalizadas – no âmbito da OMC, por exemplo – reforça as relações de igualdade entre países. Regras claras, independentes de negociações internacionais, são doravante aplicadas a todos os países, principalmente para a resolução de conflitos específicos. A regulação fica globalizada, no sentido de ser verdadeiramente autônoma, no que diz respeito aos países e pelo fato de ser vigente para todos.

Em seguida, e esses casos são claramente

⁶ Essas duas categorias da “recomposição das hierarquias internacionais” e da “hibridização” são diretamente extraídas dos trabalhos comuns de Liana Carleial e de Christian Azaïs (cf. artigo nesse número).

os mais freqüentes, certas manifestações da globalização resultam em um reforço de *divergências* entre países do Norte e do Sul. O aquecimento do planeta, impondo coordenações verdadeiramente globalizadas, ou as pandemias que causam o mesmo efeito, tende, em contrapartida, a reforçar as desigualdades entre os países do Norte e do Sul. Além do mais, se os países do Sul são provavelmente menos preparados do que os do Norte para enfrentar esses desafios emergentes, no próprio seio dos países do Sul, amplos grupos sociais são incapazes de combater as ameaças, provocando importantes gastos ou ainda dispendiosos investimentos de proteção. As estruturas redistributivas ou protetoras são muito fracas nos países do Sul. Dessa forma, as catástrofes naturais, as secas ou as enchentes, ou ainda as epidemias ligadas aos fenômenos globais evocados, tendem a reforçar, ainda mais, as desigualdades.

Em terceiro lugar, existem setores sociais nos quais a situação dos países do Norte e do Sul tende a convergir, tendo como forma específica a *hibridização*. Assim, em certas atividades de prestações de serviço a particulares, ou nas indústrias que utilizam mão-de-obra, o reforço de uma competição econômica centrada nos custos leva à difusão de formas de salário, de precariedade, de ritmos e condições de trabalho, etc. cuja tendência é de se tornar cada vez mais semelhantes. A constatação de *hibridização* é ainda mais explícita quando levamos em consideração as estruturas das sociedades do Norte e do Sul. Existe de fato, no Sul, uma parcela crescente da população que adotou modos de vida extremamente parecidos com os do Norte, que se socializa nas mesmas universidades e recebe salários semelhantes, etc. Em contrapartida, no Norte, existem pessoas, muitas vezes imigrantes vindos dos países do Sul, que trabalham e vivem em condições próximas daquelas que prevalecem objetivamente nos seus países de origem. Em numerosos setores de atividade – agricultura, trabalho doméstico, serviço de particular a particular, no ramo da assistência aos dependentes, etc. – as condições de trabalho, de emprego – precariedade, salários baixos, informalidade das

condições de trabalho, etc. – são, guardando as devidas proporções, similares às dos países do Sul.

Por fim, o último cenário é o da transformação das *hierarquias internacionais*. A depender dos investimentos ou das performances em áreas como a da tecnologia, os países podem modificar radicalmente as hierarquias internacionais. Nesse aspecto, a globalização proporciona uma nova dinâmica ao capitalismo. O controle de grandes equilíbrios monetários também se torna uma vantagem que reforça amplamente a autonomia e as fontes de poder dos países asiáticos, como a China.

CONCLUSÃO

A análise comparativa do impacto da globalização nas sociedades do Norte e do Sul é complexa. No entanto, ela permite mostrar como os mecanismos sociais que são semelhantes funcionam segundo modalidades contrastadas nos países do Norte e do Sul, em função de dinâmicas econômicas, sociais e de institucionalização claramente diferenciadas.

Para aprofundar pesquisas comparativas, parece ser necessário tratar dos objetos de comparação de forma adaptada, em função da magnitude dos desafios. Nesse aspecto, o principal desafio demanda ultrapassar as comparações internacionais entre setores, para se ater às confrontações centradas nos problemas. Os desafios de integração dos assalariados, de prevenção de pandemias, de confrontação com novas formas de governança mundial, por exemplo, não são, de fato, “tratadas” pelos mesmos acordos institucionais, não são tematizadas nas mesmas arenas públicas nos diversos países e contextos. Assim, notadamente quando os países do Norte e do Sul são comparados, é necessário partir de configurações cada vez mais específicas, a depender do país, do objeto ou do problema analisado.

Além desse método proposto, a construção teórica permitirá que as diferentes disciplinas e os universos de pesquisa – o Norte, o Sul, os países ocidentais, os países orientais, etc. – possam re-

solver oposições, incompreensões. Ele possibilitará também a assimilação das contradições nas interpretações únicas e, assim, melhor esclarecer reciprocamente os fenômenos envolvidos. No que diz respeito a isso, os desafios são ainda mais interessantes do que os desafios metodológicos abordados anteriormente.

(Recebido para publicação em setembro de 2007)
(Aceito em novembro de 2007)

REFERÊNCIAS

- AMIRAUX, V. Expériences de l'altérité religieuse en Allemagne - Islam et espace public. *Cahiers d'Études sur la Méditerranée Orientale et le Monde Turco-iranien*, Paris, v. 35, p. 127-146, 2002.
- ASSAYAG J. *La mondialisation vue d'ailleurs - l'Inde désorientée*. Paris: Le Seuil, 2005.
- BAYART, J. F. *Le gouvernement du monde - une critique politique de la globalisation*. Paris: Fayard, 2004.
- BECK, U. *Pouvoir et contre-pouvoir à l'ère de la mondialisation*. Paris: Aubier, 2003.
- BERGER, P.; LUCKMANN, T. *La construction sociale de la réalité*. Paris: Armand Colin, 1996.
- BERGER, S. *Notre première mondialisation: leçons d'un échec oublié*. Paris: Seuil, 2003.
- BOIX, C. *Political parties, growth and equality - conservative and social democratic economic strategies in the world economy*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- DOLOWITZ, D. P.; MARSH, D. Learning from abroad: the role of policy transfer in contemporary policy-making. *Governance*, Oxford, v. 13, n.1, p. 5-24, 2001.
- DUBAR, C. *La crise des identités - l'interprétation d'une mutation*. Paris: PUF, 2000.
- DUBET, F. *Le déclin de l'institution*. Paris: Seuil, 2002.
- FLIEGSTEIN, N. Rhétorique et réalités de la mondialisation. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, n. 119, p. 36-47, 1997.
- FOUILLEUX, E. Entre production et institutionnalisation des idées: la réforme de la politique agricole commune. *Revue Française de Science Politique*. Paris, v.50, n.2, p. 277-305, 2000.
- GILARDI, F. *Legitimacy and diffusion of independent regulatory agencies in western Europe: a sociological institutionalist analysis*. 2002. Thèse (Doctorat en Science Politique) - Université de Lausanne.
- GIRAUD, O. Facing new social risks in southern countries. Discursive analysis of the care and pension policy for the elderly in India. In: *ECPR General Conference, Pisa, Panel on the Politics of Aging: policies and practices for an aging society*, [S.l.]: 2007.
- HASSENTEUFEL, P. et al. La libéralisation des systèmes de protection maladie européens - convergence, européanisation et adaptations nationales. *Politique Européenne*, Paris, n.2, 2000.
- HAY, C.; ROSAMOND, B. Globalization, European integration and the discursive construction of economic imperatives. *Journal of European Public Policy*. Oxford, v.9, n.2, p.147-167, 2000.
- HELD, D. *Un nouveau contrat mondial. Pour une gouvernance social-démocrate*. Paris: Presses de Sciences Po, 2005.
- HELD, D.; MC GREW, A. *Globalization /anti-globalization*. Cambridge: Polity, 2002.
- HELD, D.; GOLDBLATT, D. *Global transformations - politics, economics and culture*. Stanford: Stanford University Press, 1999.
- HIRSCHMAN, A. O. *Défection et prise de parole*. Paris: Fayard, 1995.
- HIRST, P.; THOMPSON, G. Globalization in question: international economic relations and forms of public governance. In: HOLLINGSWORTH, J. et al. (Orgs.). *Contemporary capitalism - the embeddedness of institutions*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997. p.337-360.
- JOBERT, B. Des Etats en interactions. *L'Année de la Régulation*, Paris, n. 3, p.77-95, 1999.
- LAHIRE, B. *La culture des individus - dissonances culturelles et distinction de soi*. Paris: La Découverte, 2004.
- LEVI-FAUR, D. On the "Net-Impact" of europeanization. The EU's telecoms and electricity regimes between the global and the national. *Comparative Political Studies*, Washington D.C., v.37, n.1, p.3-29, 2004.
- MAJONE, G. Regulation and its modes. In: _____. (Org.) *Regulating Europe*. London: Routledge, 1997. p.9-27.
- MULLER, P. Gouvernance européenne et globalisation. *Revue Internationale de Politique Comparée*, Paris, v.6, n.3, p.707-717, 2000.
- REGINI, M. Between deregulation and social pacts: the responses of European economies to globalization. *Politics and Society*, Washington DC, v.28, n.1, p.5-33, 2000.
- ROUBAN, L. Les Etats occidentaux d'une gouvernementalité à l'autre. *Critique Internationale*, Paris, v.1, n.1, p.131-149, 1998.
- ROY, O. *L'islam mondialisé*. Paris: Seuil, 2002.
- SCHARPF, F. W. *Gouverner l'Europe*. Paris: Presses de Science-Po, 2000.
- SCHARPF, F. W.; SCHMIDT, V. A. (Orgs.) *Welfare and work in the open economy - from vulnerability to competitiveness* Oxford: Oxford University Press, 2001. v. 1.
- SCHIMANK, U. Das globalisierte Ich. In: NOLLMANN, G.; STRASSER, H. (Orgs.) *Das individualisierte Ich*. Francfort sur le Main: Campus 2004.
- STONE, D. Non-governmental policy transfer: the strategies of independent Policy Institute. *Governance*, Orford, v. 13, n. 1, p. 45-70, 2000.
- STREECK, W. Inclusion and secession: questions on the boundaries of associative democracy. *Politics and Society*, Washington DC, v.20, n.4, p. 513-520, 1992.
- THELEN, K. A. Beyond Corporatism: toward a new framework for the study of labor in advanced capitalism. *Comparative Politics*, [S.l.], v. 27, n. 1. p. 107-124, oct., 1994.
- THERBORN, G. Beyond the lonely nation-state. In: CASTLES, F. G. (Org.), *Families of nations - patterns of public policy in western nations*. Dartmouth: Aldershot, 1993. p. 329-340.
- ZARIFIAN, P. *L'échelle du monde - globalisation, altermondialisme, mondialité*. Paris: La Dispute, 2004.

